



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI N° 1505/1999

Dispõe sobre a concessão de benefícios para pagamento de débitos fiscais em atraso, estabelece normas para sua cobrança extrajudicial e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os débitos de natureza tributária inscritos em dívida ativa, constituídos até 31 de dezembro de 1998 e que encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial, poderão ser pagos de acordo com um dos seguintes critérios:

I - com isenção da multa e dos juros e desconto de 40% (quarenta por cento) se pagos até o dia 15 de novembro de 1999;

II - com isenção da multa e dos juros e desconto de 30% (trinta por cento) se pagos até o dia 15 de dezembro de 1999;

III- com isenção de multa e dos juros e desconto de 20% (vinte por cento) se pagos até o dia 30 de dezembro de 1999.

Art. 2º Para fins de pagamento dos débitos fiscais na forma dos incisos I, II e III do Art. 1º desta lei, fica o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Administração, autorizado a emitir boletos de cobrança bancária em nome dos contribuintes em débito.

Art. 3º Os benefícios fiscais previstos nos incisos I, II e III do Art. 1º desta lei independem de formalização de requerimento por parte do contribuinte, considerando-se automaticamente concedidos a partir da data de publicação desta lei.

Parágrafo único. A cobrança do débito fiscal assim reduzido se dará por iniciativa do Poder Executivo, na forma do Art. 2º desta lei, notificando-se o contribuinte para efetuar o parcelamento em parcela única.

Art. 4º O disposto nesta lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenção ou imunidade concedidas ou reconhecidas em processos eivados de vícios, bem como aos de falta de recolhimento de tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Art. 5º A fruição dos benefícios contemplados por esta lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga a qualquer título.

Art. 6º Para a realização de cobrança, confecção dos boletos bancários de cobrança e encaminhamento do débito fiscal para protesto extrajudicial, fica o Poder Executivo autorizado a contratar os serviços da rede bancária oficial, nos termos da lei.

Art. 7º O Poder Executivo baixará os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta lei.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 8º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogadas as disposições contrárias.

Passa Quatro, 22 de outubro de 1999.

Dr. Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Silvana Fernandes de Oliveira Ribeiro
Secretária Municipal de Administração